



“Café sombreado”, transição agroecológica e meios de vida em territórios rurais permeados pelo café-commodity
“Shaded coffee”, agroecological transition and livelihoods in rural areas permeated by commodity coffee

PEREIRA, Gustavo Rovetta¹; CRESPO, Aline Marchiori²; PINHEIRO, Ricardo Eugênio³; TEIXEIRA, Wanessa Rocha⁴ ¹ Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural, gustavorpcso@yahoo.com.br; ² Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural, aline.crespo@incaper.es.gov.br; ³ Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural, reugenio@incaper.es.gov.br; ⁴ Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural, wanessaefa@gmail.com.

RESUMO EXPANDIDO TÉCNICO-CIENTÍFICO

Eixo Temático: Transições Agroecológicas para a Convivência nos Territórios

Resumo

O trabalho se propõe a discutir algumas evidências da relação entre um projeto de implantação de Unidades de Pesquisa Participativa (UPPs) de “café sombreado” (um tipo de sistema produtivo consorciado agroflorestal) e os meios de vida dos territórios rurais da região sul do Espírito Santo, atravessados por uma agricultura de café-commodity. Com o projeto em desenvolvimento, foi observado que quanto mais conectados à lógica produtiva do café commodity estão os agricultores(as), mais difícil é a adesão à lógica dos sistemas produtivos em interface com a agroecologia.

Palavras-chave: meios de vida; transição ecológica; sistemas agroflorestais.

Keywords: livelihoods; ecological transition; agroforestry systems.

Introdução

Desde o último quarto do século XIX os territórios rurais do Espírito Santo, em geral e na região sul do estado, em particular, têm sido atravessados, crescentemente, pelo estabelecimento de monocultivos de café (CELIN, 1984). De modo geral, o café oriundo dos sistemas produtivos em questão é comercializado, majoritariamente, enquanto commodity, mesmo que seja voltado também ao mercado nacional.

Os sistemas produtivos relacionados a cafeicultura são incorporados na agricultura familiar mesmo que se orientem por uma lógica muito semelhante a da “grande propriedade”, isto é, são marcados por: monocultivos, em casos mais extremados, com o abandono completo de cultivares voltados a alimentação; a dependência de insumos externos (pesticidas, herbicidas, adubação e fertilizantes químicos); foco na produtividade a revelia da qualidade de vida e das características e condições disponíveis nos agroecossistemas; geração de commodities, quer dizer produtos descolados de uma identidade territorial, isto é, com um valor de troca não associado aos saberes locais, características étnicas e as condições de reprodução dos



13º CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA

Agroecologia, Convivência com os Territórios
Brasileiros e Justiça Climática



ambientes locais, voltado apenas a geração de produtos em série (LONG, 1986) (; e dependência de trabalho não familiar (“meeiros”, “parceiros” e/ ou “colonos” e trabalhadores diaristas).

As características desses sistemas produtivos foram conformadas simultaneamente pelo Estado, por políticas e programas governamentais de incentivo, via instituições de Ciência e Tecnologia dedicadas à pesquisa, assistência técnica e extensão rural. Como são os casos das políticas públicas precursoras no Brasil: a lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, que cria o crédito rural e a criação da EMBRATER (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural) em 1969, fundamentada em uma extensão rural com vistas a difusão do pacote tecnológico da Revolução Verde (agrotóxicos, mecanização e aumento da produção em escala), de modo pouco participativo em relação aos interesses das comunidades locais (CAPORAL e COSTABEBER, 2007). E, por outro lado, via ação de atores sociais não estatais, a exemplo de campanhas e ações recentes de difusão do “agronegócio” como categoria universalizante para caracterização de qualquer atividade econômica rural, promovidas sobretudo por bancos, sindicatos e organizações sociais patronais, os quais são vinculados a grandes proprietários de terra. Além disso, há também a ação da indústria agroquímica no fomento a ações e eventos voltados à assistência técnica, em somatório à ação de consultores, vendedores e/ou representantes comerciais no incentivo à implantação de monocultivos associados ao uso sistemático de agroquímicos.

Por último, vale destacar que o café era originalmente cultivado em conjunto com outras plantas e arbustos, no continente africano (DEAN, 1996). Todavia, foi sendo selecionado com o intuito de dar origem às variedades de café dependentes de uma forma de cultivo a pleno sol, justamente em monocultivos, com vistas ao aumento da produtividade dos frutos.

Como consequência, o café vem sendo cultivado, na forma de monocultivos integrados ao uso de insumos químicos, de modo incoerente com a conservação dos serviços ecossistêmicos (água, fertilidade dos solos, regulação do clima e do microclima, a diversidade de plantas “úteis” — medicinais, alimentícias e/ou geradoras de fibras e polinizadores) (Joly et al., 2018). E isso é algo que torna tais sistemas produtivos pouco preparados aos efeitos das mudanças climáticas, a exemplo das ondas de calor, períodos prolongados de estiagem e seus efeitos sociais e ambientais como a emergência de novas patologias vegetais, a queda de produtividade dos cultivos e a diminuição do conforto climático dos trabalhadores rurais e por consequência da qualidade de vida e do trabalho (IPCC, 2023).

Diante disso, um grupo de pesquisadores(as), extensionistas rurais e agricultores(as) do Espírito Santo, convergiram por elaborar um projeto de pesquisa participativa, na prática, também de extensão, voltado ao estabelecimento de Unidades de Pesquisa Participativa (UPPs) de “café sombreado” em propriedades da região sul e caparáo do Espírito Santo, em que são consorciados o café arábica ou conilon com variedades cultivadas, nativas e de adubação verde. Nesse texto, analisamos, ainda de modo



preliminar, a forma como as UPPs se conectam aos meios de vida (SCOONES, 2021) dos(as) agricultores(as) participantes, tendo em vista analisar o café sombreado enquanto meio possível de transição agroecológica dos sistemas produtivos ligados a cafeicultura.

Metodologia

Foi desenvolvida uma abordagem participativa que envolve a escolha, pelos agricultores(as), das plantas cultivadas junto ao café a realização de intercâmbios como meio de análise participativa das Unidades de Pesquisa Participativa (UPPs); e a livre participação, isto é, a opção de participar ou deixar de participar do projeto a qualquer momento. Isto posto, foram estabelecidas UPPs nos municípios de Alegre (duas unidades), Ibitirama, Lúna, Dores do Rio Preto, Divino de São Lourenço e Cachoeiro de Itapemirim (a única fora da microrregião do Caparaó capixaba).

Vale destacar que, os participantes agricultores(as) foram escolhidos nos municípios, principalmente pelos extensionistas rurais, tendo como critério uma certa afinidade com a proposta, mesmo assim, foram notadas com o desenvolvimento do projeto, diferenças significativas entre os participantes. É possível dizer que uma parte desses agricultores(as) é mais apropriada do paradigma da agroecologia em suas práticas produtivas e de manejo dos agroecossistemas e outros menos. Essa diferença entre os participantes não foi proposital, mas relaciona-se as próprias circunstâncias de uma pesquisa exploratória, não experimental, portanto permeada por circunstâncias não controladas. Entretanto, essa diferença entre tipologias da agricultura familiar acabou sendo mais tarde, no desenvolvimento do projeto, um elemento fundamental na análise da conexão entre um projeto em interface com a agroecologia e os meios de vida.

A análise das UPPs em desenvolvimento busca compreender ao mesmo tempo: 1) avaliação econômica e da eficiência quanto ao uso da terra comparando o consórcio e o cultivo solteiro, nas UPPs implantadas desde 2021; 2) avaliação do custo operacional de implantação dos cultivos consorciados nas novas UPPs; 3) levantamento de indicadores sócio-familiares da viabilidade do SAF, em função dos resultados econômicos diretos e indiretos, da dinâmica do trabalho familiar e da satisfação em relação aos objetivos propostos; e 4) avaliação agrônoma-florestal dos sistemas via análises de solo e folhas das culturas, dos aspectos fitossanitários, do desenvolvimento das plantas, da produtividade e qualidade dos produtos obtidos.

Foram realizadas avaliações participativas mediante visitas de intercâmbio entre os agricultores(as) e técnicos(as) associados(as) ao projeto, também envolvendo outros interessados no tema. E, de modo geral, uma análise da relação das UPPs em questão com as expectativas e meios de vida (SCOONES, 2021) dos participantes agricultores(as). Nesse trabalho, especificamente, será desenvolvido o último aspecto supracitado.



Resultados e Discussão

Scoones (2021) pontua que os meios de vida seriam o conjunto de recursos sociais e ambientais que constituem as condições através das quais indivíduos e comunidades rurais desenvolvem seus modos de vida e trabalho. Entre a diversidade de componentes desses meios de vida encontram-se as condições ambientais (solo, água, isto é, a biodiversidade e os serviços ecossistêmicos relacionados), as instituições sociais (valores, saberes, relações sociais, recursos socioeconômicos, acesso ao Estado e a políticas públicas) e a forma de acesso à terra. Em vista disso, cada família agricultora, especificamente, se apropria do projeto e desenvolve a UPP de modo contextualizado,.

Desse modo, podemos identificar duas tipologias socioambientais distintas entre os participantes — aqueles mais familiarizados com a questão dos sistemas agroflorestais e que já trabalham com sistemas produtivos agroecológicos e outros grupos menos familiarizados que desenvolvem sistemas produtivos vinculados ao café-commodity.

No caso do segundo grupo social de agricultores(as), o manejo das UPPs vai mobilizar tarefas e saberes distintos daqueles mobilizados no desenvolvimento de seus sistemas produtivos, de modo que, há um aumento de tarefas, sobrecarregando os agricultores(as) em questão e ocasionando uma menor dedicação aos sistemas produtivos das UPPs, por serem menos importantes para a reprodução socioambiental das famílias. E, tendo em vista que no caso dos sistemas produtivos convencionais do café commodity há uma perspectiva de agricultura constantemente voltada para o aumento da produtividade, via monocultivos, principalmente em períodos de aumento de preço, como nos dias atuais, a transição agroecológica necessita fundamentalmente de estar vinculada a um processo de construção social de mercados que agreguem valor aos produtos gerados via diferentes metodologias (LE VELLY et al., 2023). Fora dessa perspectiva, qualquer projeto voltado à transição agroecológica dependeria somente da existência de uma filosofia existencial afim à agroecologia, entre os agricultores(as), o que seria uma situação ideal, mas que reduziria o público disposto a participar de iniciativas desse tipo, tendo em vista que os valores difundidos, majoritariamente, para os territórios rurais do sul e caparaó do estado incentivam o modelo café-commodity.

Cabe ressaltar que durante a pesquisa em desenvolvimento, até os dias da escrita desse texto, a divisão do tempo entre dois sistemas produtivos incidiu em algumas dificuldades, a exemplo do fato de um dos agricultores não ter colhido palmito consorciado ao café a tempo; e ter deixado o nabo forrageiro (adubação verde) e a braquiária se alastrarem para além do desejável, assim como, outro agricultor que não conseguiu lidar com a ação incisiva das formigas sobre o consórcio, além de ambos terem continuado com o uso de insumos químicos na agricultura. Diferentemente, as UPPs do grupo de agricultores(as) que já desenvolvem sistemas produtivos em interface com a agroecologia, servem como meios de potencialização das suas formas de produção, não havendo a divisão entre duas lógicas de manejo. Entre



esses, existem agricultores(as) que comercializam cafés agroecológicos (“especiais” ou não), produtos da agroindústria familiar, a exemplo de frutas desidratadas, polpas de fruta (inclusive da sociobiodiversidade nativa, a exemplo da polpa de jussara), isto é, uma diversidade de produtos voltadas a mercados agroecológicos e/ou da agricultura familiar, como feiras, mercados institucionais e a entrega direta a clientes já “fidelizados”.

É necessário observar que, por mais que haja dificuldades distintas em relação à compatibilidade entre os meios de vida e o projeto, nos dois grupos de agricultores(as), não podemos inferir que aquele grupo vinculado aos sistemas produtivos convencionais café-commodity não possam se apropriar do projeto suficientemente, dando início a um processo progressivo de transição agroecológica. Todavia, também é necessário, no projeto em desenvolvimento e em novos projetos, pensar novas metodologias que possam abranger melhor esse grupo em específico, com esses tipos característicos de meios de vida, para um fomento da transição agroecológica de modo mais contextualizado.

Conclusões

As evidências colhidas a partir do projeto de pesquisa e extensão em questão nos demonstram que a extensão rural agroecológica deve ser compatível com a realidade concreta dos agricultores(as) envolvidos, seus projetos pessoais, modos de trabalho e as condições provenientes do conjunto de relações sociais as quais ele está inserido, para além do consentimento em participar de determinado projeto ou não. Além disso, foi observado que a comodificação da agricultura e dos territórios rurais é um processo social complexo e profundo, que abrange as formas de pensamento, de trabalho e os projetos de vida e de futuro dos agricultores(as), para além dos aspectos técnicos-agronômicos relacionados a configuração dos sistemas produtivos.

Agradecimentos

Projeto “Unidades de Pesquisa Participativa em Sistemas Agroflorestais” aprovado no EDITAL FAPES/SEAG - Inovagro N° 03/ 2024.

Referências bibliográficas

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia e Extensão Rural: contribuições para a promoção do Desenvolvimento Rural. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2007

CELIN, J. L. Migração Européia, Expansão Cafeeira e o nascimento da pequena propriedade no Espírito Santo. Dissertação de Mestrado em Economia. IEPE, UFRGS. 1984.

JOLY, C.A.; Scarano, F.R.; Seixas, C.S.; Metzger J.P.; Ometto, J.P.; Bustamante,



13º CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA

Agroecologia, Convivência com os Territórios
Brasileiros e Justiça Climática



M.M.C.; Padgurschi, M.C.G.; Pires, A.P.F.; Castro, P.F.D.; Gadda, T.; Toledo, P. (orgs). 1º Diagnóstico Brasileiro de Biodiversidade e Serviços Ecosistêmicos. São Carlos: Editora Cubo, pp.351, 2019.

IPCC. Summary for Policymakers. In: Climate Change 2023: Synthesis Report. Contribution of Working Groups I, II and III to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change [Core Writing Team, H. Lee and J. Romero (eds.)]. IPCC, Geneva, Switzerland, pp. 1-34, 2023.

LE VELLY; F. G.; DUFEU, I.; LOCONTO, A.; NIEDERLE, P. When Markets Make Agroecologies: Empirical Evidence from Downstream and Upstream Markets in Argentina, Brazil and France. n° 42 – Journal of Innovation Economics & Management, 2023

LONG, N. Commoditization: thesis and antithesis. In: LONG, N. et al. The commoditization debate: labour process, strategy and social network, Wageningen: Wageningen Agricultural University, 1986. p.1-25

SCOONES, Ian. Meios de vida sustentáveis e desenvolvimento rural. Porto Alegre: EdUfrgs, 2021.